

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

TEIXEIRA, Aldenice Rodrigues . Aldenice Rodrigues Teixeira (depoimento, 2012). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (0h 59min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO FORD e FUNDAÇÃO FORD. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Aldenice Rodrigues Teixeira
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Levantamento de dados: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira; Verônica R. Bevilacqua Otero Spicer;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Helena de Moura Aragão; Lúcia Lippi Oliveira;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: Olinda - PE - Brasil;

Data: 23/04/2012

Duração: 0h 59min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 1; MiniDV: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória de um Office na periferia: o Escritório da Fundação Ford no Brasil”, desenvolvido em convênio com a Fundação Ford, entre janeiro de 2011 e julho de 2012, com o objetivo de constituir um acervo de depoimentos histórico-documental sobre os 50 anos da atuação da Fundação Ford no Brasil e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Anos 1980; Anos 2000; Cultura; Direitos humanos; Educação; Família; Fundação Ford; Gênero; Índios; Instituições culturais; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; Mídia; Mulher; Pernambuco; Televisão; Universidade Federal de Pernambuco;

Sumário

Entrevista 23 de abril de 2012: A chegada no Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF) em 1986; a origem e os objetivos do CCLF; o primeiro projeto de apoio a iniciativas de familiares na área de educação; o surgimento da TV Viva; as doações da Fundação Ford entre 1982 e 2011; a estrutura do plano institucional nos anos 1980; a relação entre os projetos da CCLF a Fundação Ford e o trabalho de estruturação do movimento quilombola em Pernambuco; a figura de Valdemar de Oliveira Neto (Maneto); a submissão de projetos para a Fundação Ford e o apoio institucional; a análise de conjuntura de Maneto no início dos anos 2000; o fim do financiamento da Oxfam Novib e a mudança estrutural do CCLF; a avaliação do desenvolvimento institucional; questões orçamentarias do Centro e o trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc); o atuação na área de educação, o apoio da Fundação Ford e a parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); a mobilização midiática do Centro e a relação com os jornalistas e profissionais da área de comunicação; a criação da Ombuds PE; a relação entre comunicação e direitos humanos; a relação do Centro com a questão de gênero e o trabalho com as mulheres indígenas; a relação do Centro com a questão de raça e o trabalho com quilombolas e com os indígenas; os temas apoiados pela Fundação Ford; panorama geral dos três estudos sobre a mídia.

Entrevista: 23/04/2012

H.A. – Estamos aqui com a Aldenice conversando sobre a parceria duradoura da Fundação Ford com o Centro de Cultura Luiz Freire. Agradecendo até a ajuda com os equipamentos de filmagem e a casa por nos receber. Enfim, Aldenice queria que você contasse um pouquinho da história, a partir do momento que você chega ao Centro. Sei que você não está aqui desde o começo, mas...

A.T. – Então, não estou realmente desde o começo, chego aqui no Centro de 1986, mas escutei muitas, muitas histórias desde a fundação do Centro, que foi no ano de 1972, e é um período apaixonante de ver como é que essa instituição foi forjada. Acho que esse é um... Sempre acho que a duração, a existência de 40 anos do CCLF¹ tem haver com a maneira como ele foi fundado. Então, a verdade, são pessoas extremamente engajadas na luta contra a ditadura, eram religiosos, intelectuais, estudantes, imagine os estudantes super inquietos naquela luta, quantos estudantes não perderam, que estavam familiares aqui nessa casa com aquele sofrimento todo, e estudantes universitários também. E também tinham lideranças populares, que se reuniam nessa casa e políticos. Políticos todos vinculados na época ao MDB² e ao PCB³. Então não é brincadeira um perfil desses para construir uma ONG, ela tinha que ter no mínimo uma coerência, e que segura essa coerência até os dias de hoje. Tem haver com esse momento. E eles na época decidiram que o Centro Luiz Freire deveria ser um instrumento a serviço dos movimentos sociais, deveria estar a serviço dos grupos comunitários e priorizar o tema dos direitos humanos, da cultura e da comunicação.

H.A. – Desde o começo?

A.T. – Desde o começo. Ainda na década de 70, o Centro como tinha essa estratégia dele estar a serviço, então ele estruturou muito bem a área de desenvolvimento organizacional. Então ele tinha uma capacidade de mobilização de recursos e de formação das organizações muito grande

¹ Centro de Cultura Luiz Freire

² Movimento Democrático Brasileiro

³ Partido Comunista Brasileiro

e nas dimensões de administração financeira, administrativa de recursos materiais, enorme e eles saíram formando os grupos e movimentos nessa perspectiva. E o Centro era o grande mobilizador de recursos para esse movimento, esses grupos aqui em Pernambuco, principalmente em Olinda. Isso levou a década inteira com essa estratégia, mas já no finalzinho de 1970, surge o primeiro projeto de desenvolvimento comunitário focado na educação, que já é começando 1980, final de 1978, 1979, 1980, por aí. Surgiu o primeiro projeto de apoio as iniciativas de familiares, de pessoas que estão na comunidade, que faziam de maneira voluntária formação dos seus filhos, e a gente foi profissionalizar e fazer a formação política com essas pessoas. E aí, a partir disso, nós temos várias redes trabalhando com a educação e agora incidindo na política pública, não é? Então, quando a gente chega...

L.L. – Isso é interessante, porque nós fizemos uma entrevista com o Nigel Brooke, e aí uma das instituições que ele mencionou foi o Centro. Realmente ele primeiro cuidou da área de educação, depois que virou representante da Ford. Então, confirmando esse trabalho na área de educação.

A.T. – A Ford chega o quê? Em 1984, por aí, não é?

H.A. – Em 1982. E, bom, esse primeiro contato não sei com quem foi e aí acho que a gente pode conversar depois com outra pessoa para saber. Mas aí são muitos anos e acho que ao longo desses...

A.T. – Mas é porque, só para fechar, por que 70 foi tão importante, porque tudo depois de 70 a gente foi só qualificando e aprofundando os desafios sobre os mesmos temas. Então a TV Viva também surge nesse período, claro que só se consolida lá na década de 80, mas começa aí o apoio a toda iniciativa de cultura. E era o forte, era o carro chefe mesmo em 70, eram todas as iniciativas na área de cultura. Um movimento muito efervescente aqui em Olinda, e a TV Viva vai se forjando aí também. Em 1983 acho que a TV se institui mesmo enquanto grupo, sempre na institucionalidade do Centro, sempre como CCLF, mas com muita autonomia. Aliás, essa era a cultura institucional, todos os grupos que trabalhavam para o Centro tinham autonomia absoluta e cada um tomou o seu destino. A gente segurou a TV Viva, chegou a hora que a gente disse: “Oh, quem vai ficar conosco?”, não é? Eram tantos grupos, e todos sendo

trabalhados na perspectiva de autonomia, que o Centro começou a sentir necessidade de ser uma instituição política, queria também se posicionar, não queria só estar ajudando os outros a se posicionar, a se fortalecer, a se transformar em instituição, a gente também queria. Pronto, quando começa a ter essa tensão na casa a gente convida a todos: quem é que quer continuar no Centro? Quem queria continuar ia se transformar em um projeto, [risos] dependendo da estrutura organizacional que estava se montando eles iriam compor. Então a maioria ia ser projeto do Centro Luiz Freire, não poderia mais falar somente TV Viva, não é? Mamulengo Sorriso, que foi um grupo que surgiu aqui, esse não quis ficar, esse quis ficar totalmente autônomo. Porque essa era a pergunta, se fica aqui no Centro teria daqui por diante, quando fizer uma fala pública dizer que é do Centro Luiz Freire, que está na ajuda do Centro. Foi um negócio muito difícil, na área de direitos humanos a gente tinha [inaudível], que era um grupo que tinha se criado em Recife, que chega em 80 aqui, e a gente fez a pergunta e a decisão foi ficar como CCLF, ficou alguns anos, mais de uma década aqui no Centro. E sempre acontecem as saídas, quando tem a saída, sai para continuar na sociedade, não é. Então... Em 70 foi muito bem estruturada essa casa, e daí por diante, aí entra a constituinte e a gente entra já na luta da luta por direitos e busca da incidência nas políticas públicas. Já meados de 80 a gente já começa por aí. Aí a Ford tem um papel importante, porque a gente vem de uma construção comunitária na área de educação, em 80 a gente vai para a incidência na política pública, mas nunca sem perder de vista de onde que a gente constrói o nosso conhecimento. Nosso conhecimento se dá a partir da prática local, então a gente continua sempre, até hoje é assim, e a Ford entra e acho que o diferencial da Ford, junto com a EAF, junto com... Acho que Pão para o Mundo devia estar aqui também, não lembro, eram tantas, mas acho que a Ford tem um diferencial, que era garantir o apoio temático, programático, mas com a visão muito clara, com a visão do projeto institucional do Centro Luiz Freire. Então, não era simplesmente trabalhar o programa de educação, mas é, por exemplo, como garantir a diretriz do Centro, que também foi forjada em 70, que é o fortalecimento do outro sujeito, trabalhar a partir do fortalecimento do sujeito, que não seja só do Centro. Então, isso acho que fez um diferencial enorme na contribuição da Ford. Pode ser que isso é uma coisa que tenha feito a Ford continuar conosco, porque a Ford tem grandes apoios, apoios para grandes projetos, não é, macros, e de longa duração, e de volumes grandes de recursos. E o Centro, ele não precisava desses grandes volumes de recursos, mas aqui podia ser um contraponto, essa experiência, que ela tem muito mais uma visão acadêmica, que tem um olhar, uma análise sobre a situação brasileira local, mas a partir de um

conhecimento acadêmico. E aqui as pessoas estavam na academia, a maioria delas, mas a gente tinha... A ênfase eram os militantes mesmo, que estavam na rua produzindo conhecimento a partir da prática. Então isso é um contraponto, provavelmente isso é uma coisa que deveria interessar, eu acho, não sei, ninguém disse isso a mim, mas acho que deveria ser algo que interessasse a Ford. Bom, é isso, continuando...

H.A. – É, então, acho que foram 20 doações entre 1982 e 2011, pelo que a gente viu.

A.T. – Foram quantas doações?

H.A. – 20.

A.T. – 20 doações.

H.A. – E é uma relação muito duradoura, ainda mais para uma instituição que tem esse foco mais regional, não é, como a gente estava falando.

A.T. – É exatamente.

H.A. – Então é curioso mesmo, inclusive que vocês tenham se relacionado com vários representantes e vários *Program Officer* diferentes, porque vocês atuam em várias áreas diferentes: educação, mídia, governança e sociedade civil, que era uma área, um programa deles, que acho que é essa área de orçamento.

A.T. – É, aí em 80 a gente já vai se organizando, não é, já vai estruturando o nosso plano institucional e ele realmente compreende que educação, cultura, na verdade são dois programas de incidência em política pública. Então a gente cria a linha da incidência democrática nas políticas públicas. Aí já dá uma outra dimensão, outro olhar, que quando esses programas esses projetos eram soltos na casa, então já cria uma subordinação desses projetos, que viram programas, eles estão, eles existem para consolidar uma linha estratégica da casa, que seria a incidência política e democrática nas políticas públicas. E os direitos humanos também estavam ali, porque a gente passa a compreender que política pública só tem qualidade se ela respeita

um conceito de direitos humanos, que a gente sempre defendeu um conceito contemporâneo, que é compreender que os direitos tem que ser universais, interdependentes, sabe? Tem que ser indivisíveis. E trabalhar também com a perspectiva da legibilidade do direito. Então, essas coisas todas fazem parte dessa linha, que até hoje é assim que a gente funciona. Então tudo que é projeto específico, que está ligado a essa linha, de uma maneira direta ou indireta a Ford contribuiu, não é? Diretamente, focando a educação, mas como a gente tem a transversalidade da formação do sujeito, que aí pega a todos... Por exemplo, a questão da incidência nos espaços públicos e nos espaços sociais, aí você começa a trabalhar a perspectiva da criação dos conselhos, começa a criar a perspectiva das conferências... Aí não tem jeito, aí está a Ford contribuindo com isso.

H.A. – Por isso que você diz mais do macro, não é?

A.T. – Do macro, exatamente.

H.A. – Não é só um projeto que eles apóiam e tipo acabou, dá o dinheiro e acabou, está acompanhando...

A.T. – Acompanhando tudo e aquele grupo que a gente foi lá, formou do projeto, ele está lá comprometido com seu projetozinho, na sua comunidade, mas ele já está incidindo, está começando a participar da sua comunidade, está começando a organizar a comunidade para poder participar dos fóruns municipais, para participar da criação dos conselhos municipais, que nem existiam, mas dos fóruns que tem a perspectiva de contribuir com o surgimento das conferências. Então elas já começam a participar, então vai junto com o Centro, e a gente se encontra todo mundo como um sujeito, com uma única ideia que é fazer transformação, que é lutar contra a pobreza, que é lutar contra a desigualdade, lutar contra os preconceitos, as intolerâncias. Aí vamos todos juntos nisso, uns mais, outros menos. Isso acontece em todas as áreas. Essa é uma linha, outra linha é a linha do desenvolvimento. O Centro, a experiência com educação, cultura e direitos humanos, fez o Centro compreender que não tinha como a gente não trabalhar com esses mesmos sujeitos e outros o modelo de desenvolvimento do país e a gente podia fazer isso também a partir do local. Então, como é que a gente deve... Por que é tão difícil a gente conquistar direitos e como é que fica para a população? Eles ficam, às vezes,

muitas vezes eles querem desistir. Então a gente terminou compreendendo que eles precisariam compreender onde esses projetos se inserem, eles estão dentro de um modelo de sociedade, então é preciso ir ampliando esse conceito. E a gente escolheu realmente trabalhar o tema do desenvolvimento, até para o próprio Centro. O Centro precisaria também compreender que precisaria ter um pé no desenvolvimento, no conceito propriamente dito do desenvolvimento e articular tudo que a gente sabe. Então no desenvolvimento você trabalha a política pública, no desenvolvimento você trabalha com cultura, no desenvolvimento você trabalha as iniciativas locais de como se deve cuidar do seu ambiente, não é? E esse ambiente, ele precisa... Você pode entender as condições de vida mais as condições da natureza, não é, e você ter propostas alternativas para isso, projetos alternativos a esse modelo. E começamos a trabalhar isso, a Ford não teve uma contribuição direta sobre isso, mas quando apoiou a comunicação e a formação da comunicação nos quilombolas, nos indígenas e nas comunidades rurais, não teve jeito, a gente termina chegando na mesma questão. Porque na hora que a gente vai qualificar o quilombola, por exemplo, como é que ele deve trabalhar a comunicação no seu território, não é, vem tudo, vem tudo junto novamente, e aí a Ford apoiou um projeto quilombola do Centro Luiz Freire. Que na verdade, não era um quilombola propriamente dito, mas era a organização das instâncias do movimento social dos quilombolas e como é que eles deveriam se estruturar. Tinham tentado duas vezes e não tinham conseguido com outras organizações, que eu não lembro o nome, também não seria o caso dizer, e o Centro propôs a estruturar, porque nós já estávamos fazendo esse trabalho de estruturação do movimento quilombola em Pernambuco. E a gente, rapidamente, correu para o nacional, para estruturar, estava vendo novamente o DNA do Centro. É como desenvolver a capacidade de um projeto político para os quilombolas no estado de Pernambuco e como colaborar com a coordenação nacional dos quilombolas a também estruturar o seu projeto. Isso eles hoje têm, a gente saiu estruturando. Então, as coisas estão todas articuladas.

L.L. – Me diga uma coisa, assim, vocês procuravam... Como é que a Ford se relacionava, quer dizer, vinha alguém acompanhar, como é que...

A.T. – Eu não estava aqui para ver isso, mas tenho uma impressão que não é só a Ford, mas acho que a relação do Brasil, das organizações com a cooperação internacional, ela se dava através de conhecimentos. Acho que eram as pessoas brasileiras que estavam ligadas a esse

campo, eles tinham relações e acho que foram as relações que construíram os contatos das agências com o mundo Brasil, especificamente com Olinda. Chegou assim, chegou através, acho que... Eu não sei quem do Centro, tenho para mim que o Maneto teve um papel importante. O Maneto foi rodar o Brasil todo, o mundo e...

H.A. – Qual o nome dele? Valdemar...

A.T. – É Valdemar de Oliveira Neto, que a gente chama nosso Maneto, que hoje ele é sócio, apenas no Centro, mas quero dizer a vocês que ele é sócio em menos de um ano. Ele disse: “Finalmente deixei de ser presidente do Centro.”. Mas foi uma pessoa muito importante aqui no Centro Luiz Freire, e ele tinha um olhar muito global, sabe? Ele disse: “Vou para o mundo conhecer.”. E foi esse processo que fez a gente conhecer a Ford, acho que quem estava no escritório, não sei se o nome era escritório aqui em Pernambuco, tinha uma amizade enorme com o Maneto, e acho que deve ter sido isso que fez, e tenho para mim que todo mundo foi assim. Hoje acho que a relação é mais profissional, mas antes acho que eram as relações mesmo, de militante para militante, as coincidências das histórias aconteciam nos Estados Unidos e aqui no Brasil. E os movimentos estavam dialogando, então tudo muito... Facilitando a vida do outro.

H.A. – Depois que você virou coordenadora a tua lembrança, assim... Vocês propõem um projeto e aí eles vêm, discutem e aprovam...

A.T. – Parece que a Ford... Não lembro bem, mas a Ford... Tentei pegar essa informação com as meninas, mas elas também não lembravam, posso estar dando as datas erradas, mas a minha lembrança é que a Ford entra no Centro, mas sai. A Ford tinha um tempo, não podia ficar muito tempo aqui. Sai e dizendo... Não estava em uma perspectiva de volta, mas era uma saída, não era uma saída porque não queria apoiar o Centro, mas era uma decisão, era uma regra, não podia ficar muito tempo na organização, mas devia ser uma regra para um campo de ONGs, porque para outras, isso não existia, mas tudo bem. Saiu do Centro e volta 10 anos depois, aí não sei se eles saem em 1994 e voltam em 2000, não sei, mas acho que em 90 a gente não estava com a Ford.

H.A. – Vou te falar as datas das doações que a gente tem aqui: 1982; 1984; 1985; 1987; 1988; 1989. Aí tem um pulo: 1995. De 1989 para 1995, depois 1997, 1999, vai de dois em dois anos, mais ou menos. 2001, 2002, 2003...

A.T. – Então essa minha ideia de 10 anos não existe, então foi...

H.A. – O ano 2000 já foi mais animado, porque 2001, 2002, 2003, 2004, aí tem 2007, 2008, 2009 e 2011.

A.T. – Então a Ford nunca deixou o Centro. [Risos]

H.A. – Pode ter sido alguma atuação menor. [Risos]

L.L. – De 1989 a 1995 aí tem seis anos.

A.T. – Então, na verdade, acho que a Ford disse... Quando a Ford não vai mais apoiar a instituição, porque sempre teve o status de apoio institucional, deve ter sido isso. Então, estou começando a lembrar, e para a gente foi péssimo porque a Ford é... Nossa! Todos naquela época apoiavam a instituição, então você não tinha um projeto institucional, onde a política de pessoal era invejosa, então todos os benefícios, todos os direitos garantidos, carteira assinada, era uma maravilha. E quando uma dizia, que apoiava, que estava deixando a gente ficava desesperado, porque ficava muito difícil a gente manter isso, porque o Brasil não estava nadinha aberto para garantir todos os direitos dos trabalhadores que estavam atuando em ONG, mas não estava mesmo. E só piora, o tempo passa e está muito pior do que 90, do que início de 2000, muito pior. Então, para a gente de fato foi muito sofrimento, por isso que achei que tinha 10 anos de tempo fora, de abandono e tal. [Risos]

L.L. – O sentimento de abandono foi tão forte que você aumentou o prazo, mas provavelmente era isso sim, quer dizer, a partir daí ela vai apoiar mais estritamente projetos, aquela coisa.

A.T. – Aí vem comunicação, *puff*.

H.A. – Ah, entendi, que a gente observa que eles são bem assim, eles estão preparados mais em apoiar projetos de cunho institucional justamente para não criar essa situação de dependência.

A.T. – Aí fui com o diagnóstico, que acho que de três em três anos a gente faz um diagnóstico externo, de avaliação externa e apresentamos o diagnóstico, dizendo: “Não tem como apoiar o projeto e esquecer a instituição, tem que ter... Nem que seja o staff, tem que manter... Sem ser mantido.”. E ela manteve: “É programático, mas a gente tem interesse em acompanhar a instituição.”. Isso que acho legal na Ford, não é, quer dizer, quem está à frente, porque fala a Ford, mas acho que a contribuição é de quem está mesmo à frente, que de maneira criativa e pelos seus compromissos termina criando uma maneira mais coerente de como exercer o apoio às organizações. Então a Ford disse então: “É programático, mas vamos acompanhar sim. A partir desse diagnóstico a gente entende que tem que acompanhar, a contribuição, o desenvolvimento do trabalho do Centro, e a gente obviamente vai apoiar aí a área financeira e a coordenação política”. Pô, mas esse é exatamente o grande buraco das organizações. Então, para a gente era um apoio institucional, [risos] não podia apoiar toda a folha, como era no passado, não é, que a folha toda era rateada para um *pool* de organizações e a Ford participou de algum momento desse *pool*, que acabou. [Inaudível] isso virou *démodé*, infelizmente.

L.L. – Para gente ter ideia, qual era o tamanho...

A.T. – Do financiamento?

L.L. – Não, o tamanho, quer dizer: nós éramos 30 pessoas, 20, 10, sei lá quantas. Não precisa ser, vamos dizer assim, exato não, porque a gente que não conhece, não tem ideia do que é que é.

A.T. – E não tem como ser exato mesmo não, porque esse período de 70 a 80, eu não lembro bem, mas era muita gente aí. Nossa, muita, não lembro direito não, mas meados de 80 para 90, nós já estávamos aqui quase 100 pessoas, depois a gente chegou a quase 200 pessoas e quando foi em 1993 teve uma reunião, lembro bem que já estava nessa reunião, reunião da assembléia, então já participava como quem estava chegando já nas coordenações. Aí fui lá participar e

lembro perfeitamente a fala do Maneto, o Maneto fez uma análise de conjuntura dizendo que o Centro tinha que tomar uma decisão, assim, radical... Acho que isso foi 2001 ou 2002, por aí, de 2000 a 2003, não me lembro bem qual foi o ano, mas ele disse, depois de análise ele recomendou: que a gente tinha que fazer um enxugamento na instituição, o Centro tinha que ter pelo menos, chegar a 30 pessoas. Mas um corte assim, desastroso, mas ele disse: “Isso é para a gente poder enfrentar a década de 90 e início dos anos 2000, que não vai ser nada de bom para esse campo.”. Mas ele devia ser um visionário, aliás, era mesmo, uma capacidade de leitura boa, mas ele previu que a gente ia passar dificuldades maiores, que a gente tinha com todo conforto de ter um pool de organizações. A primeira informação que esse pool ia morrer, não ia aguentar mais, a gente tinha conseguido apoio do primeiro projeto trienal, isso em 2000, 1999, 2000, primeiro apoio trienal. Não lembro se a Ford estava presente ou se chega logo depois, não lembro, mas esse apoio, ele disse: “Esse é o primeiro e vocês precisam estar muito bem estruturados, por isso tem que diminuir a estrutura. Aproveitem o trienal, para nesses três anos vocês transformarem CCLF numa instituição de 30 pessoas.”. Nunca conseguimos, nunca, mas obviamente que a gente fez o que ele mandou. Foi um momento muito difícil, coincidiu com outras organizações, o Ibase estava também estava fazendo coisa parecida, a gente teve que fazer, nós não chegamos a 30, por mais que a gente tentasse não conseguiria, a gente ficou com umas 70 pessoas. Acho que de cento e poucas a gente chegou a 68, 70, por aí. Isso durou até um dia desses. Até o ano passado a gente tinha 68 pessoas na casa. Aí tivemos que fazer outra... Agora sim, não era uma leitura política, sabe, de alongar a existência institucional, mas era uma decisão de ausência de apoio, não é? Ia começar a diminuir os apoios e algumas decisões da saída da cooperação internacional. Então, quando Novibe disse: “Acabou-se.”. Que estava com uma certa esperança de que ia ter uma renovação, aí a Novibe disse: “Não vai ter, já estamos avisando a várias, e infelizmente é a hora de vocês. A gente vêm trabalhando nesses três anos avisando, *avisando, avisando*, e vocês...”. Porque a Novibe fez algumas sugestões para gente, por exemplo, não atuar mais com a educação. Aí a gente: “Nem pensar!”. A gente não abria mão de educação. Então, gênero, a gente tinha que virar especialista em gênero, a gente não conseguiu virar especialista em gênero. Até porque, a gente achava que não havia necessidade, a gente trabalhava em parceria com as feministas, por que é que a gente ia virar especialista em gênero, não é? E a TV Viva também precisaria mais tempo para ser trabalhada. [Risos] Os homens do Centro Luiz Freire precisavam de mais tempo e as mulheres também, porque de fato tinha uma opção clara da instituição da defesa do direito das mulheres e na

perspectiva feminista e sempre foi muito claro. Do ponto de vista da posição política estava claro, agora, do ponto de vista da construção, da formulação, estava bem distante, e de prestar serviço para construir isso junto com as mulheres, aí a gente não tinha. Então a decisão nossa era não fazer mesmo.

H.A. – Mas, curioso, vocês manteriam então se vocês fossem para esse campo?

A.T. – Não, a avaliação de quem estava junto conosco era sugestão, sugestão que achava que isso ajudava a aprovar o próximo trienal, porque a gente nos anos de apoio de Novibe a gente não tinha conseguido dar resposta. Tinham três coisas que condenavam o Centro Luiz Freire: dependência do item pessoal, porque a gente não tinha dependência financeira do Novibe, porque o Novibe representava só sete por cento, sobre o orçamento do Centro, mas da política de pessoal, já fechando 90, foi ficando só no Novibe, os outros foram saindo, a Novibe ficou sozinha. Então, quando o Novibe fica só nessa área ela diz: “Bom, a dependência realmente é total.”. Era sete por cento, era toda para o item pessoal. Com a saída dela a gente tinha que demitir, foi o que a gente fez. Ela disse: “Vou sair.”. Então isso era um ponto, que a gente não conseguiu superar, todo [Inaudível] queria superar e não superava, continuava, piorava a dependência. E a questão de gênero foi opção nossa, de não virar uma instituição feminista mesmo, não é, que dava apoio e trabalhava. A gente tem uma posição política de trabalhar pelo direito da mulher e apoiar os movimentos sociais e tal, mas não de fazer o trabalho concretamente de formação de quadros e tal. Isso a gente fazia em parceria com as organizações feministas. Isso foi uma decisão da casa e elas queriam muito que a gente se transformasse. E a terceira foi... Todo esse charme, mas esqueci. Tem uma terceira aí. [Risos] Ah bom, essas duas... Não, foi a questão, que é a questão de gênero, não é? Era feminismo, de gênero, o item pessoal e não lembro mesmo agora. Foram três. Com isso perdemos, Novibe foi embora, a gente teve que fazer a segunda redução e diminuição da estrutura, e foi em um período difícil, a gente tinha acabado de fazer a nossa última avaliação externa e a gente tinha desestruturado os programas e não tínhamos colocado nada no lugar, porque a gente só queria colocar após o diagnóstico, foi difícil, porque quando o Novibe disse: “Estou fora.”, a gente não tinha como... Não tinha tempo de estruturar a casa. A casa foi ficando do jeito que estava e aí, sabe, pagamos, tínhamos que tirar as pessoas... Bom, hoje nós estamos com 23 pessoas e a gente precisava dessas 108 aqui, porque os compromissos continuam porque os projetos estão na casa.

L.L. – Só uma coisa também, que você mencionou: “Nós fizemos a avaliação, fizemos avaliação.”. Isso é muito interessante, porque fazer avaliação também não é uma tradição da cultura brasileira. [Risos] E aí, a Ford teve alguma importância...

A.T. – Muita.

L.L. – Nessa ideia de criar uma cultura da avaliação?

A.T. – Com certeza, com certeza. Novibe e a Ford contribuíram as duas, tiveram muita contribuição nisso, e o Centro rapidamente... Era o PMA, o terceiro, uma tensão que a gente tinha, que incorporasse a perspectiva do PMA, que isso vem de fora.

H.A. – O que é o PMA?

A.T. – É planejamento, monitoramento e avaliação. Isso é um método de como você faz a avaliação do desenvolvimento institucional da organização e esse método ele foi proposto por Novibe, mas acho que ele vem da cooperação internacional, não era coisa de Novibe, mas foi ele que propôs. E o Centro teve muita dificuldade, porque o Centro era uma organização com uma cultura de fazer análise da conjuntura, não é, como bem fazia na década de 70, e manteve isso até meados de 80, finalzinho de 80, uma boa análise de conjuntura, deixava muito claro o que é que a gente tinha que fazer nos próximos anos. E o método PMA ele tem outro caminho, ele quer que você vá mensurando, vá fazendo leituras de monitoramento de um processo, deixando claros os ajustes, para isso tem que criar os indicadores, ou então efeitos. Isso tem uma burocracia necessária a ser montada e muito claro o conceito, incorporar muito claramente esse conceito. E havia uma resistência monstruosa na casa, uma resistência de ser contra. Não era por incompetência, ser contra, não é? E Eduardo era um dos grandes opositores ao PMA, por ser coisa externa, imposta, parara, parara. Eu incorporei, disse: “Oh Eduardo, não tem mais jeito, tem que incorporar, depois, isso não é tão ruim não. Se a gente politizar isso não fica uma coisa ruim, é necessário.”. Depois a gente começou, mas já era tarde, não deu mais tempo, não é? E coincide com a história da avaliação, agora, a avaliação para o Centro terminou sendo

algum instrumento que legitima a existência do Centro e a gente faz para valer mesmo. A cada três anos a gente se colocava à disposição da fala pública...

L.L. – E o avaliador é externo?

A.T. – É externo, *externo*. O Centro indicava um e a Novibe indicava outro, e esse um tinha que ser aprovado pelos dois, tanto lá como cá. E quando ele pedia a lista que a gente estava indicando, mas a gente nunca sabia a quem mais ele falava, porque a lista aumentava muito, porque ele saía, quem indicava ia para outros. E o Centro sempre foi muito bem avaliado com a sua história, sua coerência, sabe, a sua contribuição. Agora, quando chegava nos programas, sempre vê problema, não é? “Tem que melhorar aqui.” De PMA sempre... “Ah, o PMA está muito fraco e tal.”. Esse tipo de coisa. Mas para o interno, a avaliação externa virou lei, era uma referência, um documento referencia, e para o externo deixava o pessoal muito tranquilo de estabelecer as parcerias com o Centro. Então, acho que isso tem que ser mantido na casa. Vamos fazer agora um. Foi tão profundo o último que nós fizemos, que foi em 2007, com a saída do Novibe, foi a última avaliação nossa, 2009 era para a gente estar fazendo outro, não fizemos. Esse de 2007 continua válido, *válido*. Aí a gente decidiu não fazer o externo e vamos fazer só o organizacional, e o externo já foi apresentado para a entidade que vai estar apoiando, e o avaliador já está com o externo e já tem um termo de referência. Então está enfrentando rapidamente, daqui a um mês, dois, fazendo a nossa avaliação externa.

H.A. – Aldenice, você tinha comentado antes a parte, falando mais especificamente para cada programa de orçamento, da questão de orçamento, que você tinha uma visão local e que até começaram a fazer uma coisa mais...

A.T. – Não, porque o orçamento vem para o Centro a partir dos desdobramentos da nossa incidência em política pública, não é, e também o que estava acontecendo no âmbito federal. A experiência que acontecia de orçamento no âmbito federal sugeria que a gente devia fazer um trabalho local, fazer uma incidência local, formação com as entidades que trabalham com políticas públicas e não considera o orçamento como instrumento de qualificação da política pública, que essas coisas não se separam. Então foi isso que decidiu, não é? Como na época a educação... Foi decidido que a gente tinha que trabalhar, porque a gente fazia análise da

precariedade da educação no estado, e decidimos manter, porque a universalização ela asperamente, engaspiar foi garantida, mas a qualidade permanece precária e cada vez mais precária. Então mantivemos a luta pelo direito à educação. E tem um olhar do orçamento que fica mais claro trabalhar o interesse, por onde anda, em que grau anda o interesse do estado em viabilizar esse direito. E saímos, aí fomos decidir onde fazer o trabalho nos municípios, elegemos 30 municípios aqui em Pernambuco e fomos trabalhar na perspectiva de formar as lideranças locais...

H.A. – Para acompanhar o orçamento.

A.T. – Para acompanhar o orçamento das prefeituras, fazer audiências locais nas prefeituras e dar visibilidade, e dar comunicação, era um tripé. Articulação era uma dimensão, a formação era a segunda dimensão e a comunicação era a terceira. E disso aí surgiu a rede, as redes dos municípios. A gente não trabalhou a perspectiva dessas redes se transformarem numa rede estadual, para trabalhar o orçamento estadual, essa construção está de certa forma em um estágio de inflexão. Os municípios deram uma parada, de certa forma, três conseguiram se profissionalizar e continuar o trabalho, e o Centro não consegue fazer as viagens de maneira mais constante, porque quando a gente perde... Não é que perde o apoio, é que terminou o projeto e a gente não conseguiu a renovação. Então os municípios trabalham sozinhos e a gente vai quando é possível para lá conversar, tirar dúvida, eles vêm aqui tirar dúvida.

H.A. – Mas você estava falando também que isso em um âmbito mais local, e que, por exemplo, o Ibase fazia esse trabalho...

A.T. – Ah, pois é, sim, esqueci de dizer que no Ibase, a experiência no âmbito federal, não sei se foi o Ibase que inicia, mas o Ibase estava com a incidência no orçamento público federal, em seguida tinha o Inesc. Então, essas organizações, elas eram referência para nós, para que a gente pudesse articular com as nossas referências locais e conduzir um trabalho, e articulamos a experiência, e articulou. Então estava o FBO, então estavam lá, com as experiências locais nossas, o Inesc entrou com a experiência mais ampla e com seus trabalhos e com suas análises dos orçamentos federais, e a gente levava os nossos locais. Então fomos trocando fichinhas e como é que a gente podia estar fortalecendo um lado e outro.

H.A. – Vocês trocaram ideias, mas não chegaram a trabalhar juntos?

A.T. – Não, com projeto mesmo, assim, sabe, com parceria, nem com o Ibase, nem com o Inesc. O Inesc, até chegamos a desenhar, mas não consolidou, ficamos parceiros, mas nos espaços de incidência política. Então, tudo que é fóruns e conferências, estamos juntos nessa luta.

H.A. – E na parte de educação, o que você chamaria a atenção, assim, da parceria com a Ford? Porque me chamou atenção, assim, vendo só as doações, que aí também é só uma descrição muito breve, mas me chamou atenção um workshop de metodologia de leitura. Não sei se... Tem várias...

A.T. – Essa é uma grande contribuição, não sei exatamente se foi especificamente a Ford, mas a Ford fazia parte desse processo. Porque o Centro já estava trabalhando várias dimensões de educação e descobre que tem iniciativas de cantinhos de leituras comunitárias e carentes de apoio, e elas não se articulavam, eram todas isoladas. Então a gente decidiu criar uma metodologia, como a gente devia trabalhar o prazer pela leitura a partir desses cantinhos e criar outros cantinhos. E fizemos uma parceria com a UFPE, a Universidade Federal de Pernambuco. Então construímos uma metodologia: “Prazer de gostar da leitura”. Acho que está até aí, deixa ver.

H.A. – É isso aqui?

A.T. – É. Isso terminou sendo as oficinas de leitura: “Aprendendo a gostar de ler”. Então muda aí. Então foi essa metodologia que a gente construiu com a Universidade Federal. Agora, claro, para isso teve pesquisa, fizemos a primeira pesquisa sobre todas as escolas comunitárias e apresentamos para o estado o compromisso, a responsabilidade do estado para com essas iniciativas comunitárias, que elas precisariam ser incorporadas como política pública. Foi uma luta difícil, mas ela aconteceu.

H.A. – Aconteceu?

A.T. – Aconteceu. Então, está aí, acho que se não me engano deve ser esse caderno. A Federal tinha haver com a pesquisa, mas com certeza com a metodologia da oficina construímos juntos sim essa metodologia, que até hoje funciona. Hoje nós temos a rede de leitura que está nesse país, não sei se a gente pode provar, e não seria o caso, mas a parceria que a gente tem hoje com o Instituto C&A para poder... Vieram procurar a gente para fazer um trabalho de apoio na rede desses cantinhos de leitura, que tem o apoio do Instituto, a gente entrou como consultoria, mas para garantir a incidência desses grupos nas políticas públicas, que eles não faziam nenhuma relação dos cantinhos de leitura com as políticas públicas, e o Centro entrou para isso. E hoje todos estão fazendo incidência com políticas públicas. Claro que isso tem anos, se tem que olhar para trás, tem anos que a gente faz isso e é um resultado muito concreto. Então esse olhar de trabalhar o direito no contexto da política pública no contexto do estado e da responsabilidade da sociedade civil. É claro que os grandes apoios da CCLF, da Ford, Novibe, teve um papel muito importante na casa, teve uma influência muito positiva.

H.A. – Vamos falar um pouco de mídia então, que acho que é a grande parceria hoje, e realmente se você vai buscar na internet é tudo, vocês estão...

A.T. – Então, os últimos apoios da Ford, os recentes apoios da Ford ao Centro passam primeiro... A comunicação passou primeiro pela formação e mobilização. Mobilização da sociedade civil e é aquela velha tradição do Centro, como a comunicação estava aqui no estado de Pernambuco também... Ela estava em um momento, como é que diria, em baixa, estava desmobilizada. Então o Centro tinha na década de 80, teve um papel grande de mobilização das rádios comunitárias, de experiência em vídeo local e regional... Eu não sei se... Acho que até América Latina, chegamos a ser a primeira TV com telão, a céu aberto da América Latina, portanto era um sucesso aqui. Só que meados de 80, 90 isso entra em inflexão, para, desmobiliza, não é só no estado de Pernambuco, mas acho que é em todos os lugares, foi desmobilizado, porque enfrentar as famílias, o monopólio da comunicação, as estratégias não eram suficientes na época e foi desmobilizando. Então a gente retoma aqui em Pernambuco com o apoio da Ford, e a gente mesmo vai mobilizar. Então a gente construindo essa mobilização, obviamente que essa mobilização tinha como uma dimensão forte a formação. A gente saiu formando quilombola, indígena, saiu pegando as comunidades rurais, a gente

começou a trabalhar aqui na área urbana e construímos o fórum, o Fopecom⁴. Então nós tínhamos várias ONGs dentro do fórum, o Fopecom, que é o Fórum de Comunicação de Pernambuco, e junto a isso a gente criou o... As palavras me somem. O Ombuds PE⁵.

H.A. – Ombuds PE?

A.T. – Exatamente, que aí é toda relação nossa com os jornalistas locais, a gente vai... Esse momento de formação e de mobilização também fizemos com os jornalistas, com os profissionais da área de comunicação, sensibilizando eles para eles ajudarem a trabalhar conosco os temas que a mídia veicula, que transmite e que viola direitos, que a gente podia colaborar com eles. E terminamos, depois de bons anos, a gente conseguiu de um grupo e a gente criou, decidiu criar esse Ombuds PE, onde fazia a análise, e a gente faz até hoje.

H.A. – É como um observatório da imprensa local?

A.T. – É. Na mídia. A gente pega e analisa todos os jornais aqui do local e todas aquelas matérias que chamam interesse a gente coloca no Ombuds, abre o debate e já criamos alguns problemas, tipo, no começo, a profissional foi ameaçada de ficar suja para o resto da vida, nunca conseguir emprego quando deixar o CCLF, nunca conseguir emprego. Porque a gente batia em cima da imprensa e quando via lá uma coisa assim gritante em termos de violação de direitos humanos, não só o Centro se posicionava, mas quem estava dialogando com o Centro no Ombuds, quebrava, colocava para quebrar mesmo. Até hoje é assim, mas o pessoal já entende isso como uma contribuição, já não tem aquele medo, aquele pavor que seria viabilizar as editoras, então isso ficou mais... As empresas. Ficou mais tranquilo. Bom, essa sim foi uma contribuição da Ford. A Ford tem um papel importantíssimo na retomada da comunicação no estado de Pernambuco. Com ela a gente tem os sujeitos acreditando que é possível seguir na política pública e a gente decidiu também não brincar com isso. Na hora que a gente passa a denunciar as violações de direitos humanos a partir da mídia impressa, a gente vai para justiça e busca o Ministério Público como parceiro para analisar as violações dos direitos humanos,

⁴ Fórum Pernambucano de Comunicação

⁵ Análise da Mídia Pernambucana

buscando a legibilidade do direito. Então, isso é muito contemporâneo, nós fazemos isso, os dois projetos eles se articulam, o problema é que ter encerrado o projeto de formação e mobilização da sociedade civil, que cumpriu com a criação do fórum, por exemplo, cumpriu com a retomada da participação do Centro nas organizações, nas instâncias locais, nacionais e até internacionais, de conferências, de colóquios, de encontros, tudo isso tem contado com o apoio da Ford. Produção de conhecimento com os parceiros fora do país também tem sido com o apoio da Ford, porque assim também que a Ford compreende... O intercâmbio da comunicação é bem... É muito rápido, ele circula muito rápido local, nacional e internacional, isso é bem tranquilo. Então, do projeto que tinha esse propósito de reanimar a mobilização social em torno do direito da comunicação e de dizer para o mundo comunicação é direitos humanos, que isso não está posto no marco legal dos direitos humanos, está colocada é a informação com direitos humanos, mas está todo mundo falando hoje a comunicação com direitos humanos, então a gente saiu dizendo isso por aí: “Não, mas direitos humanos...”. Teve uma especialista conosco aqui, logo no comecinho: “Mas Aldenice, não fala isso, comunicação não é direitos humanos”. É direitos humanos sim, porque direitos humanos se constrói desse jeito. Isso é o novo direito, o que é velho, porque se fala em informação, se a informação é direitos humanos, se olhar direitinho é comunicação, não tem jeito, essas coisas não se separam, mas por aí vai. E hoje é isso que a gente está fazendo, a gente colocou esse estado de cabeça para baixo, fizemos três estudos com o apoio da Ford. Foram estudos sobre todas as organizações que trabalham com comunicação no estado, trabalhando a partir do orçamento público, como é que o orçamento aparece nessas organizações privadas e públicas e sobre a mídia propriamente dita, como é que a mídia se organiza. Os três temas que valia a pena dizer para vocês: uma, é um diagnóstico sobre a visibilização das instituições, é o mecanismo, e o mecanismo de controle estatal da mídia local. É a história do orçamento público, não é? Desse tema, desse diagnóstico foram feitos três estudos: Controle estatal e fiscalização de serviço público de comunicação foi um estudo que a gente fez. [Os outros não foram encontrados] Mas são três estudos que a gente fez, pegando três pontos, que passei para vocês, importantes sobre como o estado e a iniciativa privada tratam a comunicação no que diz respeito ao orçamento. Acho que a gente não tem sido muito feliz, o estado criou todo tipo de dificuldade para apresentar, porque na verdade a comunicação na peça orçamentária ela é fragmentada, é espalhada em todo canto, não tem um PPA da comunicação, tem em tudo que é canto, aí nessa fragmentação eles conseguem se esconder também. A informação também foi bastante

dificultada, a gente teve que entrar com uma medida junto ao Ministério Público para que a informação fosse dada, que terminou gerando uma informação importante. Então, esses estudos não foram a público ainda, então sendo entregues por esses dias à Ford e o projeto mais novo da Ford é pegar esses três estudos e ir para os municípios, e ir para o mundo apresentar esses estudos, que não estou conseguindo dizer o nome a vocês agora e que eu digo daqui a pouco.
[Risos]

H.A. – É interessante essa coisa estadual, e tem outros estados fazendo isso como vocês? Assim, porque conheço a luta de direito à comunicação em termos federais mesmo, Intervezes da vida, essas instituições, mas local...

A.T. – Não sei, não conheço não. E o trabalho nosso é interessante porque envolve os quilombolas e os índios. Acho isso fantástico, agora, é um trabalho lento, agora se a gente vê os resultados até que não é tão lento, de 2004 para cá, acho que é isso, não é?
Você falou em termo orçamentário, não foi?

H.A. – Eu tinha falado, mas agora a gente está falando de mídia, que eu nem sabia que casava com orçamento de alguma forma.

L.L. – Mas você mencionou, quer dizer, um momento nos tempos antigos, em que de alguma forma o Centro Luiz Freire estava efetivamente envolvido com a questão de gênero, com o compromisso, não é, com a participação e a integração das mulheres na sociedade, mas que vocês de alguma forma falaram: “Não, mas nós não queremos nos transformar em uma instituição que os projetos sejam...”. Que a entrada e a saída seja a questão feminina, mulheres, faz parte do...

A.T. – Não. Vocês vão me matar. Não. O Centro decidiu não ser uma organização mesmo feminista, é porque a gente não via as condições internas, a gente precisava de mais tempo para qualificar o coletivo. Porque toda vez que a gente colocava isso em reunião institucional a gente não conseguia uma aprovação.

L.L. – Não havia nada que obrigasse vocês a se transformar.

A.T. – E depois, a gente não fazia essa avaliação: “Gente, a gente pode trabalhar gênero como dimensão, ou então como uma questão estruturadora da desigualdade e, portanto, toda e qualquer ação do CCLF tem que dar conta dessa dimensão.”. Foi isso que a gente fez, então virou uma diretriz a questão de gênero, compreendida como uma questão estruturadora da desigualdade, portanto a gente tem que dominar se a gente trabalha contra a desigualdade. Chegamos até isso e mesmo assim o trabalho com as mulheres indígenas foi feito pelo Centro, porque elas não queriam outra organização, tinha que ser o Centro. Foi uma coisa super difícil, internamente a gente dizia que não, como é que vai entrar numa história dessas? Como é que as organizações feministas vão ver esse trabalho nosso e tal? Mas as índias estavam muito acostumadas há anos com o Centro, era a única organização que iniciou um trabalho social, um trabalho de apoio ao desenvolvimento local dos indígenas, e acho que era por essa relação de confiança que elas não queriam que fosse outra. Então a decisão nossa é que a gente iria fazer sim, se articular com as organizações feministas e quebrar esse pré-conceito para que nós pudessemos receber outras organizações. Bom, foi o que a gente fez para não ter tanto problema de consciência, fizemos isso e hoje o SOS trabalha com as mulheres indígenas, não sei nem o tema exatamente qual é, mas sei que trabalha, deve ser gênero mesmo. Porque está sendo muito exigido isso hoje pela cooperação, pelo que está precisando fazer, e a nossa publicação simples e singela, circula aí o mundo e foi um apoio bem específico de Novibe quando estava querendo trabalhar com índia e ela abriu um departamento sobre isso, a gente mandou logo a proposta nossa, que não era nem nossa, era da Copipe⁶, que é o Conselho de Professoras Indígenas e Professores Indígenas, mandamos e elas apoiaram. Porque era o desenvolvimento da Copipe, desenvolvimento institucional da Copipe. Foi nesse trabalho que convidaram a gente para fazer o trabalho de gênero.

L.L. – Pois é, então foi bom que você corrigiu a versão, porque a pessoa escuta e sai dizendo uma coisa, daqui a pouco diz que vocês nunca... “Não quiseram fazer isso!”.

A.T. – Deus me livre. Foi o contrário, foi coerência, porque a gente viu que não estava completamente preparado.

⁶ Comissão de Professoras Indígenas em Pernambuco

L.L. – Completando isso, perguntaria: e a questão de raça? Há um momento, quer dizer, a questão é uma das estruturas da desigualdade no Brasil e tudo, mas houve um momento que a Fundação Ford, vamos dizer assim, teve uma preocupação específica a respeito. Como é que isto chegou ao Centro Luiz Freire? Como é que vocês...

A.T. – Esse foi mais tranquilo, porque a questão de raça sempre teve... Bom, gênero acho que ainda ocorre um pouco depois, não sei nem por que. No primeiro projeto trienal gênero não entrou, entrou depois de toda formação promovida pelo SOS aqui no Centro, que a gente incorpora a dimensão de gênero. Raça sempre esteve presente no primeiro plano só do Centro e se manteve. A gente teve dificuldade em consolidar essa dimensão nos projetos, nas ações estratégicas do Centro, mas hoje nós temos o trabalho com os quilombolas e com os indígenas, ajudam por demais o Centro ter uma clareza conceitual e como trabalhar isso nos espaços públicos, como produzir conhecimento sobre a questão de raça e tal. É óbvio que isso não é um tema tranquilo na Casa, não é, e nem é por movimento social. Então, por exemplo, trabalhar com os quilombolas para o movimento unificado, o movimento negro é um problema. Achar que a gente não devia trabalhar com quilombola, devia trabalhar com o movimento negro como um todo e tal. E a gente tem dito que tem características diferentes e tem que ser respeitado, e tem a história de território, que precisa ser respeitado e a gente trabalha com os quilombolas a partir do método, do conceito de desenvolvimento, portanto, tem que trabalhar com a cultura local deles, a cultura deles e não dá para ser como o movimento está querendo. É claro que a gente acha que essas coisas não se separam, mas tem uma especificidade e tal. Então acho que foi um aprendizado mesmo, com o próprio quilombola, que deu sentido ao conceito e acalmou as divergências internas, porque interna também tinha. Sempre rachava nas discussões do Centro.

H.A. – Por exemplo, essa coisa da mídia me chama atenção, porque acho que foi uma diretriz da matriz da Ford, começar a prestar atenção nisso, mas me dá uma impressão de que seria muito difícil lutar por essas coisas no Brasil sem um apoio externo por conta de todas essas cartas marcadas que temos aqui, não é? Então, acho que tem uma coisa aí interessante da Ford atuar em certos campos, assim, mais ousados que aqui internamente seriam complicados.

A.T. – Porque também isso é construção, quando a Ford nos apóia é no sentido da retomada do processo que estava desarticulado, então, vamos rearticular a sociedade. A Ford estava muito comprometida com o tema da comunicação, então quando ela diz: “Vocês querem rearticular o estado?”, digo: “Queremos!”. Não tinha um apoio direcionado, o Novibe ainda dava, permitia que a gente fizesse alguma coisa, mas não era só para isso. Então foi fundamental o apoio, porque a Ford já vinha com um propósito, estavam interessados em mobilizar esse país todo em torno da comunicação, como política pública. E obviamente por trás disso está a história da democratização do país, então aprofundar a democracia sem comunicação isso não é possível. Então a clareza da Ford acelerou um processo que estava morto, estava amortecido aqui no Centro. O Eduardo era uma pessoa chave na casa, ele mesmo não acreditava mais na possibilidade de mobilizar, a sociedade estava muito calada e ele não acreditava, mas quando chegou apoio, quando chegou projeto isso deu um gás muito bom para a casa, porque a gente teve aceitar o projeto aqui e agora: “Vai ou não vai?”, “Vamos, vamos embora.”. Então foi ótimo e saímos todos, o CCLF, a TV Viva teve um papel importante de ajudar a gente nesse processo de articulação. Além dos dois projetos dele que têm articulação na história do desenvolvimento quando a gente trabalha formação das lideranças quilombolas e indígenas no que diz respeito à comunicação, a TV está lá, documentando, ensinando, tudo se articula. Mas a história da mídia, então, quando a gente mobiliza a sociedade, quando cria a Fopecom começa a fazer... Aí a análise de conjuntura que a gente tinha, era dificuldade mesmo com a informação, é a falta de transparência do Estado com o orçamento público, a gente não sabia... A gente queria tratar, já tinha uma clareza que comunicação é política pública, é importante direitos humanos e por que não trabalhar o orçamento público dessa política pública. Onde é que está essa política pública? Você começa a se perguntar e em cima disso o Ombuds PE também indicou para gente a dificuldade de trabalhar com a mídia, que a gente precisaria avançar mais nisso, a gente teria que ser mais ousado. Então a Ford deu tudo que a gente estava precisando: pessoas mais qualificadas para ajudar o Centro a pensar, não é. Então a gente fez articulação com pessoas da universidade que estavam pensando e não sabiam como fazer, mas tinham grupos pensando. Tinha um processo de criação de observatório, então a gente saiu para conversar, para poder enxergar qual era o objeto desse projeto. O resto é ir para o abraço. [Risos] Então esse estudo, esses três estudos que a gente fez sobre a mídia vai dar muito que falar.

L.L. – Está ótimo.

H.A. – Maravilha, obrigada!

[FIM DO DEPOIMENTO]